

# AFRICANIDADES E PRÁTICAS DE LINGUAGEM NA ESCOLA

Marialda  
Jovita  
Silveira<sup>1</sup>

**A** vigência da Lei Federal 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana na Escola, tem centrado muitos olhares sobre a sua absorção em situações reais e sobre as práticas que ela suscita. Já é quase ponto pacífico, entre os que nos dedicamos a questões da africanidade, que a Lei não tem encontrado um bom lugar ou contextos apropriados para a sua



[1] Professora do Departamento de Letras e Artes e pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-baianos Regionais da UESC. E-mail: marialdasilveira@yahoo.es.



aplicação e debate. Seja porque ela ainda é pouco discutida, seja porque o seu entendimento e as práticas dele decorrentes são equivocadas e geram uma verdadeira “folclorização” do que está legalmente apregoado em termos de orientação curricular. Assiste-se, assim, e cada vez mais, a uma verdadeira *corrida* de muitas instituições de ensino para cumprir as orientações da Lei, mas, nesse cumprimento, a Escola parece tratar a questão como um conteúdo transversal, compartimentado, apêndice. Esse tratamento deriva muito mais de acomodação para encontrar uma res-

posta à obrigatoriedade da Lei, do que de um real entendimento de que os seus princípios reivindicam o reconhecimento de conteúdos que, enquanto história e identidade, deveriam estar inscritos em todos nós.

É dessa maneira que se assiste nas escolas ao desfile de *atividades artísticas* que querem dar lugar à africanidade: alunos saem, em um dia ou outro, na rotina das unidades escolares, *fantasiados* de africanos, comendo acarajé ou jogando capoeira. Ou ainda, cria-se a semana da África ou palestras isoladas sobre temas relacionados às religiões africanas e aos movimen-

tos quilombolas. Nesse jogo de *teatralização*, a Escola deixa de lado a compreensão do currículo como um *continuum* de vozes e ações, modos de percepção da realidade, escolhas políticas, relações de poder, espaço conflituoso em que sujeitos se defrontam, discutem, dizem coisas e (re)constroem identidades.

Quando o tema é o tratamento da linguagem, esses equívocos parecem tornar-se mais transparentes. Primeiro, porque as práticas de linguagem, na sua relação com o universo da africanidade, são sempre entendidas pela Escola co-

mo restritas às abordagens pontuais de textos literários, em temas compreendidos como filiados à africanidade, ou de textos atribuídos à tradição oral. Em segundo lugar, porque no tratamento das práticas linguageiras, estão esquecidos dois conceitos fundamentais e interligados, que deveriam nortear o trabalho com o tema linguagem/africanidade, quais sejam, *discurso e identidade*. Ambos os conceitos guardam em comum o fato de que não são produtos prontos, mas sim construções sociais e históricas, todos os dias negociadas nas/pelas nossas relações com as pessoas.

É próprio do discurso a sua natureza social, pois é nas interações cotidianas com o outro

que marcamos e somos marcados pelas diferentes concepções de mundo, de nacionalidade, de língua, de sexo, de gênero, de grupos sociais, de etnia. Quando dizemos coisas, escutamos opiniões, argumentamos, confrontamos pontos de vistas, afirmamos, refutamos, concordamos ou silenciemos, revelamos modos de apreensão da realidade social a que estamos submetidos. Por isso, as nossas interações verbais cotidianas são mais que simples meios de comunicação, elas nos permitem processar significados para o que somos e o como somos frente a outras pessoas. O discurso, então, como modo de ação, revela, (re)constrói e nos atribui identidades.

Tão importante quanto saber dessa natureza do discurso, é entender que não mais podemos falar de identidade como um conceito que sugere fixidez, mas multiplicidade, movimento. O momento em que vivemos, marcado por mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e tecnológicas, faz surgir novos costumes, estilos de vida e novos modos de organização da sociedade, o que faz com que assumamos identidades sociais múltiplas. Uma pessoa afro-descendente, por exemplo, é mulher, mas, também, heterossexual ou não, jovem ou velha, portadora de necessidade especial ou não, aluna ou professora, participante de religiões de filiação afro-bra-



sileira ou não. Cada uma dessas múltiplas identidades guarda uma complexidade de contornos e é determinada pelas práticas discursivas que opera. A identidade, então, deve estar considerada como um movimento de *vir-a-ser*, contínua (re)elaboração de pontos de vistas e sempre representações que construímos, continuamente, de nós mesmos e dos outros.

Por que é importante para o professor refletir sobre esses conceitos em práticas de linguagem, sobretudo aquelas relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa e Literatura, no contexto da discussão sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana na Escola?

Tratar a questão da africanidade em práticas de linguagem não é *permitir* somente que entrem na sala de aula textos sobre a África, de autores negros, ou poesias clássicas que remetam à escravidão. Tratar a questão com seriedade, pressupõe perguntar-se sobre e conectar-se com o que dizem os alunos, aqui e ali, nas aulas de leitura, nos intervalos das “atividades de interpretação”, nas perguntas que elaboram, nas histórias que contam, recontam e/ou sugerem sobre a *diferença*. Não é para nada que, quase

**É preciso não perder de vista que a Escola representa, em meio aos espaços institucionais em que atuamos, um dos mais importantes na construção das nossas identidades.**

sempre, os conceitos que legitimamos na escola estão naturalizados nas dicotomias como ser branco/preto, gordo/magro, rico/pobre, moreninho/loirinho, feio/bonito, coisas de homem/coisas de mulher, macho/homossexual, entendidas como intrínsecas ao sujeito, sem que haja espaço para discutí-las como conceitos construídos pelo que ouvimos, repetimos, vemos silenciados, vemos legitimados ou suprimidos pela Escola.

Por isso, atuar com práticas languageiras na Escola pressupõe um *a priori*, o de questionar-se sobre o que pensamos nossos alunos e, sobretudo, o de perguntar-se: que conceitos temos de África, africanidade, afro-descendência? Que repre-

sentações fazemos do negro e da sua história em território brasileiro? Que valores trazemos sobre as religiões afro-brasileiras? Que pensamos sobre a *diferença* e como ela é gestada na escola e na família? Que discursos sobre a *diferença* estão banalizados no nosso cotidiano da sala de aula? Que discursos dos meus alunos eu gostaria de legitimar ou de rechaçar vindos da família? Que conceitos homogeneizantes trazem com relação à afro-descendência e à sua afro-descendência, em particular? Que textos preconceituosos veiculam como *verdades*, a exemplo dos discursos proverbiais e das piadas?

É preciso não perder de vista que a Escola representa, em meio aos espaços institucionais em que atuamos, um dos mais importantes na construção das nossas identidades. É lá que a criança é desafiada, pela primeira vez, a perceber o mundo e os sujeitos de maneira diferenciada daquela construída pela família.

Assim, os professores de linguagem, somos todos nós convidados a responder pelos significados que circulam na Escola. Essa é uma forma de atuar em reconhecimento da Lei 10.639/03 e de suas resoluções.